



NA PANDEMIA, A UFSC OPTOU PELA DEFESA DA VIDA NO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO

**MOBILIZAÇÕES POR VACINA
NO BRAÇO, COMIDA NO PRATO E FORA BOLSONARO**

Desde 29 de maio, mais de 360 cidades brasileiras marcam presença a cada 15 dias nas ruas, para lutar contra o governo genocida.

PÁGINA 3

**REITORIA E EBSERH
ABANDONAM
TRABALHADORES DO HU**

Servidores estão sem almoço e janta, com corte no adicional de insalubridade e condições de trabalho cada vez mais precárias.

PÁGINA 4 - 5

**PEC 32 ATINGE ATUAIS
E FUTUROS SERVIDORES
PÚBLICOS**

A Reforma Administrativa/PEC 32 atinge o serviço público é só a primeira fase do seu desmonte.

PÁGINA 8

EDITORIAL

Universidade sob ataque: reitoria omissa e covarde! Aqueles que tentam há anos destruir as universidades públicas encontram na UFSC uma importante aliada: sua reitoria.

Não é de hoje que diversos setores da sociedade atacam as universidades públicas. Dos grupos econômicos da educação privada à mídia conservadora, os ataques à Universidade são cotidianos. Exemplo disso a vergonhosa moção de repúdio contra a UFSC e o Colégio de Aplicação aprovados na Alesc no último 23 de junho. Ignorando as evidências científicas e o direito à vida, professores e servidores do Colégio de Aplicação que se recusam a expor a si mesmos, seus familiares e a comunidade em geral aos riscos da pandemia são sorrateiramente atacados, tidos como responsáveis pelo fato de o Colégio de Aplicação não ter retornado às aulas, ainda que os números relativos à pandemia do COVID-19 continuem a manifestar o descontrole da situação em nosso estado e no país. Entretanto, deputados e grande mídia ignoram por completo o outro grande motivo para o não-retorno: a total ausência de condições de infraestrutura, motivados pelos cortes orçamentários.

Lamentavelmente, essa ação desprezível encontra na Administração Central da Universidade silêncio cúmplice. Para além da omissão covarde, a reitoria se soma a esses atores na missão de destruir a Universidade: o verdadeiro caos administrativo, a naturalização do déficit de servidores, o assédio moral como método de gestão de pessoas e o avanço da privatização da universidade são os legados que esta Administra-

ção deixará para o futuro.

Não à toa, a política de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório proposta PRODEGESP confere à chefia imediata um peso de 55% no resultado. Ou seja, a chefia, independente da possibilidade de haver situações de conflito ou assédio, possui para si o poder de determinar o destino do trabalhador. Os que ousam se levantar contra tal absurdo relatam pressões e represálias.

Em meio à maior pandemia da história do país, seria natural supor que a Administração resguardasse seus profissionais da saúde, lotados no Hospital Universitário. Tratados nas mídias sociais como heróis, e no local de trabalho como palhaços, estes trabalhadores tiveram, durante o período de pandemia, seus adicionais de insalubridade cortados parcialmente, perderam o direito à folga nos dias de ponto facultativo e passaram a ser cobrados pelas refeições nos locais de trabalho – um direito conquistado há décadas, fundamental para aqueles que se alternam entre os diversos hospitais da cidade com o objetivo de salvar vidas. A EBSERH destrói o HU apoiado pelo silêncio da Reitoria, que optou por abandonar seus trabalhadores.

Por essas e por outras que não causa estranheza, pela segunda vez em um período de um mês, a recusa da Reitoria em dialogar com os trabalhadores da Universidade sobre suas condições de trabalho. No dia 11 de junho, a Administração simplesmente se recusou a comparecer à audiência pública que discutiria o retorno das atividades presenciais na UFSC e, no dia 02 de julho, também não compareceu na audiência convocada para discutir as condições de trabalho no Hospital Universitário.

Nem mesmo um reitor interventor deste governo aplicaria com

tanta desfaçatez e cinismo o receituário que está levando nossa amada UFSC a tão triste destino: sua destruição. Somente a ampla participação da comunidade universitária pode manter a UFSC como uma das principais do país e da América Latina, orgulho do estado de Santa Catarina!

**GESTÃO TAES UNIDOS!
JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!**



**EDIT-
ORIAL**

O Jornal CirculaÇÃO é uma publicação do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina.

Endereço: Rua João Pio Duarte da Silva, s/n – Caixa Postal 5130. Córrego Grande – Florianópolis CEP 88037 000

sintufsc@sintufsc.ufsc.br
www.sintufsc.ufsc.br
imprensa@sintufsc.ufsc.br

EXPEDIENTE
 Nº 144 - Julho 2021
 Tiragem: 3.500 exemplares

Jornalista Responsável:
 Rubens Lopes – 0006383/SC

Coord. de Comunicação:
 Karine Albrescht Kerr
 Renato Ramos Milis

Reportagens: Ana Sophia Sovernigo, Priscila dos Anjos e Rubens Lopes

Diagramação: Ana Sophia Sovernigo

Ilustrações: Ariely Suptitz

Projeto Gráfico: Ana Sophia Sovernigo e Rubens Lopes

Caso você deseje parar de receber a edição impressa do Jornal CirculaÇÃO, envie um e-mail para sintufsc@gmail.com.

MOBILIZAÇÕES POR VACINA NO BRAÇO, COMIDA NO PRATO E FORA BOLSONARO TOMAM AS RUAS EM TODO O BRASIL

Os atos pelo impeachment de Bolsonaro e Mourão estão mobilizando milhares de pessoas nas ruas e avenidas do país e no exterior. Desde o ato do dia 29 de maio, mais de 360 cidades brasileiras marcam presença a cada 15 dias nas ruas, para lutar contra o governo que promoveu a morte de mais de meio milhão de pessoas na pandemia de coronavírus.

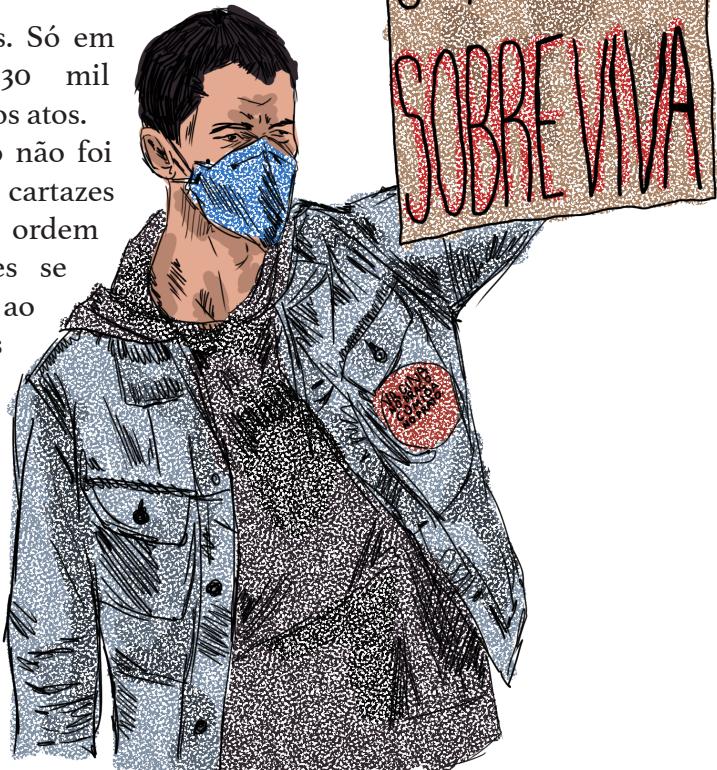
As recentes denúncias de um esquema de corrupção que envolve Bolsonaro e militares na compra da vacina Covaxin e as gravações que mostram o envolvimento do presidente no esquema das rachadinhas têm potencializado ainda mais a indignação e a força dos movimentos pelo Fora Bolsonaro nas ruas. Em 3 de julho, mais de 800 mil brasileiros participaram de mobili-

zações pelo país. Só em Florianópolis, 30 mil pessoas foram aos atos.

Em 13 de julho não foi diferente, com cartazes e palavras de ordem os manifestantes se posicionaram ao lado da luta dos povos originários pela demarcação de terras e contra os ataques sistemáticos às entidades públicas como a Eletrobras e os Correios.

“Hoje a gente tem pautado coisas mais específicas como a privatização dos correios, por exemplo, mas no geral todas as movimentações tem levantado o Fora Bolsonaro. Ele representa o contrário do que a gente luta na Universidade Pública: educação gratuita para todos, democratização do ensino e melhores condições de vida”, disse a estudante de Artes Visuais da UDESC, Gabriela Buffon, durante o ato #13J em Florianópolis.

O SINTUFSC vem compondo as mobilizações em Santa Catarina construindo espaços coletivos de organização como o Comitê pela Vacina, Pão e Educação, a frente Fora Bolsonaro e o Fórum dos Servidores Públicos de Santa Catarina. O sindicato vem informando os TAEs da UFSC, em assembleias e audiências públicas, sobre a importância da luta nas ruas

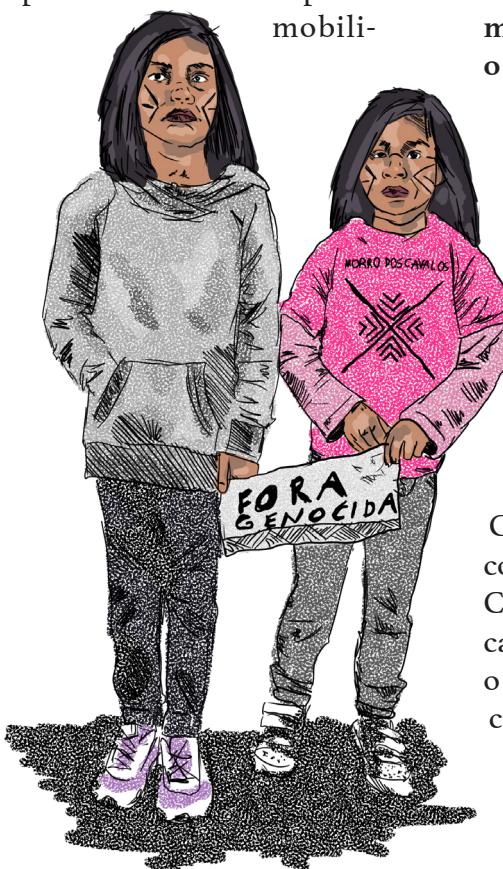


contra a Reforma Administrativa, pela vacinação para todos e pelo Fora Bolsonaro.

“A luta do Sindicato não é uma luta isolada. Pensar em melhorias para a nossa categoria é também articular as lutas com outras categorias de trabalhadores”, afirmou a coordenadora do SINTUFSC Giana Carla Lai-kovski.

A próxima mobilização ocorrerá no dia 24 de julho, quando mais uma vez os trabalhadores e estudantes irão às ruas, com segurança, respeitando o distanciamento social e utilizando máscaras, para derrubar este governo genocida!

O SINTUFSC reafirma a luta por vacina para todos, auxílio emergencial de R\$ 600, contra os cortes na educação, contra o genocídio do povo negro, contra o marco temporal e contra a Reforma Administrativa.



REITORIA E EBSERH ABANDONAM TRABALHADORES DO HU

Sem almoço e janta, com corte no adicional de insalubridade e condições de trabalho cada vez mais precárias, a Administração do Hospital dá as costas para os trabalhadores

As 11h da manhã, horário de almoço no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC), uma cena que antes era incomum tem virado cada vez mais frequente: trabalhadores de aplicativos de delivery entram no hospital para entregar lanches à alguns profissionais. Alguns trabalhadores têm optado por comprar comida dessa forma depois que a Ebserh, com o aval da reitoria, retirou a alimentação gratuita fornecida pelo Hospital há mais de 30 anos.

Desde o dia 1º de junho os servidores RJU e terceirizados da Ebserh, para ter direito às refeições oferecidas no Hospital, precisam abrir mão de seu auxílio-alimentação e comprar mediante pagamento adiantado tickets nos valores de R\$ 13,00 para o almoço e R\$ 9,50 para a janta. Caso optem por não obter os tickets, os trabalhadores continuam recebendo o

auxílio-alimentação no valor de R\$ 458,00.

Além dos servidores e trabalhadores terceirizados, as refeições também eram oferecidas aos estudantes que realizavam atividades de pesquisa, extensão, estágio e residência médica. Todos esses trabalhadores ficam agora desamparados, muitos tendo que trazer sua própria alimentação de casa ou pedir comida por aplicativos de entrega. Tudo isso no momento mais crítico da pandemia no Brasil, em que os trabalhadores da saúde já estão sofrendo com uma precarização imensa.

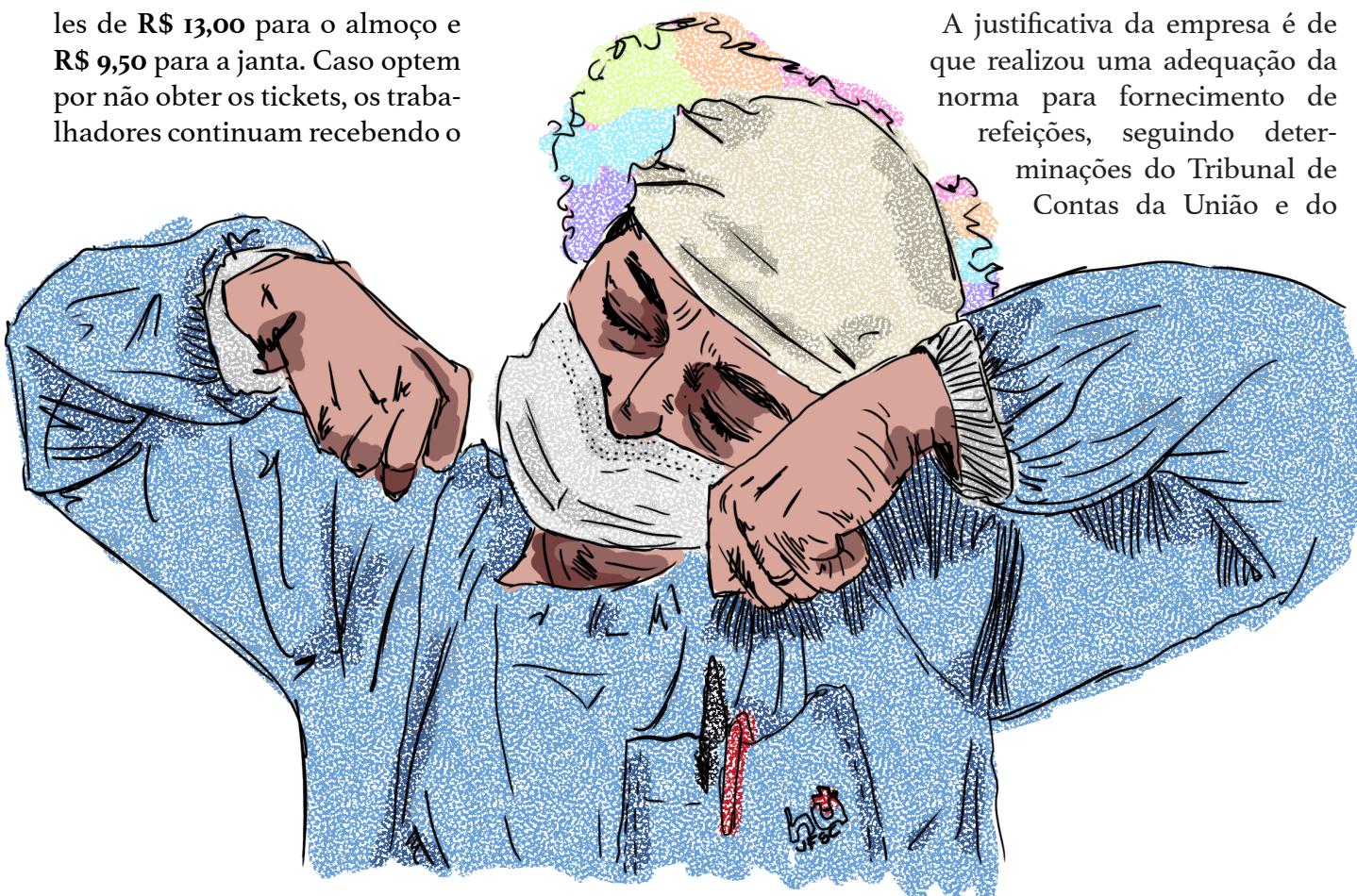
Essa mudança não é algo isolado no Hospital Universitário da UFSC. Em 2018, a mesma alteração foi feita no Hospital Universitário de Sergipe/UFS e em 2019

no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFTM), administrados pela Ebserh.

"RETIRAR NOSSA ALIMENTAÇÃO NO MEIO DA PANDEMIA É UM DESCASO. A MAIORIA DOS TRABALHADORES TEM MAIS DE 40 ANOS, VAMOS VIVER DE LANCHINHO? QUE SEGURANÇA NUTRICIONAL É ESSA? QUE PREOCUPAÇÃO ELES TÊM COM A SAÚDE DO SERVIDOR?"

questiona Marilene dos Santos, servidora do HU e diretora no SINTUFSC.

A justificativa da empresa é de que realizou uma adequação da norma para fornecimento de refeições, seguindo determinações do Tribunal de Contas da União e do



Ministério da Educação. Baseada na Lei nº 9.527, de 1997, que estabelece “§ 5º - O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação”, a Ebserh, junto da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Prodegesp), tomou essa decisão arbitrária.

O SINTUFSC tem realizado uma série de manifestações contra a decisão dos gestores do Hospital, distribuindo marmitas para os trabalhadores. Ocorreram atos nos dias 01, 26 e 30 de junho, com distribuição de 600 refeições no total.

No dia 02 de julho, o Sindicato convocou a Ebserh a Reitoria para uma Audiência Pública com a categoria. Entretanto, os gestores não compareceram ao compromisso. O Gabinete da Reitoria enviou dois ofícios à direção informando que não participaria da Audiência pois “as relações de trabalho entre os profissionais vinculados à Ebserh e à UFSC se dão de forma integrada, com acolhimento adequado, valorizando um ambiente equilibrado e harmônico”.

Durante a Audiência, que ocorreu mesmo sem a presença da direção, os trabalhadores do HU demonstraram sua indignação frente às condições de trabalho enfrentadas nesse momento de pandemia, com o corte das refeições e a diminuição ou corte total dos adicionais de insalubridade. Os trabalhadores também pontuaram que a ausência da Administração Central é uma prática cotidiana, que não se deu apenas no momento da audiência.

“ENQUANTO OUTROS PROFISSIONAIS TIVERAM A OPORTUNIDADE DE TRABALHAR REMOTAMENTE, NOSSA



Durante distribuição de refeições no HU/UFSC, no dia 30 de junho, trabalhadores conversaram sobre as situações inslubres de trabalho. Ao fundo, a faixa da campanha do SINTUFSC “De heróis a palhaços!”.

PROFISSÃO NÃO PERMITE ISSO. ENTÃO O MÍNIMO QUE ESPERAMOS É DIGNIDADE NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO. A POSTURA DA REITORIA DE NÃO ESTAR PRESENTE HOJE NÃO ME SURPREENDE. ELES NÃO NOS OUVEM MAIS. TEMOS PACIENTES FICANDO DIAS INTERNADOS NA EMERGÊNCIA PORQUE NÃO TEM LEITO DISPONÍVEL E A UFSC ESTÁ FUGINDO DA GENTE”

relatou a servidora Fabíola dos Santos Ardigo, enfermeira lotada na Emergência Geral Adulto.

A ausência da Reitoria e da Superintendência da Ebserh só confirmam a falta de respeito com os profissionais do HU. Em nota, a Direção do SINTUFSC manifestou seu repúdio contra a omissão da Administração Central, mostrando que aqueles que tentam há anos destruir as universidades públicas encontram na UFSC uma importante aliança: sua reitoria. *“Em meio à maior pandemia da história do país, seria natural supor que a Administração resguardasse seus profissionais da*

saúde, lotados no Hospital Universitário. Tratados nas mídias sociais como heróis, e no local de trabalho como palhaços, estes trabalhadores tiveram, durante o período de pandemia, seus adicionais de insalubridade cortados parcialmente, perderam o direito à folga nos dias de ponto facultativo e passaram a ser cobrados pelas refeições nos locais de trabalho. A EBSERH destrói o HU apoiado pelo silêncio da Reitoria, que optou por abandonar seus trabalhadores”.

Após um amplo debate, foram destacados os seguintes encaminhamentos na Audiência Pública: campanha com carro de som que evidencie a negligência dos gestores com a atual situação do HU; solicitação, pelos trabalhadores, dos laudos de insalubridade, a fim de identificar e atacar suas fragilidades; conversar com colegas de modo a demonstrar a negligência e desrespeito da Reitoria e da administração do HU com os profissionais; e encaminhar o estudo do contrato da EBSERH e cumprimento de suas cláusulas.

O SINTUFSC manifesta sua indignação e seguirá acompanhando o caso.

NA PANDEMIA, A UFSC OPTOU PELA DEFESA DA

Não é novidade a mídia comercial sistematicamente desferir ataques à universidade pública. O objetivo disso é desqualificar e desmerecer, fazendo com que a população acumule informação para, mais tarde, apoiar projetos de privatização. Isso tem sido uma regra também durante a pandemia.

Há pouco os alvos foram o Núcleo de Educação Infantil (NDI/UFSC) e o Colégio de Aplicação (CA/UFSC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujos trabalhadores foram acusados de colocar impeditivos para a volta às aulas presenciais. Ao contrário do que dizem os ataques, o que tem barrado o ensino presencial é a orientação do grupo de cientistas da UFSC que acompanha a rota da Covid-19 no Brasil. Logo, não são os trabalhadores que se opõem, apenas seguem as regras determinadas. Além disso, a demanda de trabalho desses profissionais até aumentou com a prática do trabalho remoto. A opção da universidade pelo trabalho remoto não visa só proteger o trabalhador, ela tem no seu centro a defesa da vida de toda a comunidade escolar e é injustificado que as trabalhadoras e os trabalhadores tenham que enfrentar esses ataques infundados.

Juliane Mendes Rosa La Banca, pedagoga, mestre em educação e Diretora no NDI, aponta que com a suspensão das aulas presenciais o trabalho aumentou muito. “*Foi preciso fazer uma revisão e digitalização de todos os documentos do NDI para acesso da comunidade escolar, além de ampliar o contato com a comunidade. Também foi preciso fazer formações com os trabalhadores para utilização do Sistema de Gestão Administrativa da UFSC (SPA), e assim dar continuidade ao nosso trabalho*”. Juliane re-

lata que para suprir essa demanda foram criadas cinco comissões de trabalho, reunindo docentes, representantes de famílias e técnicos.

Também foi criado um jornal semanal pela equipe do NDI para repassar informações para as famílias e funcionários sobre as atividades de ensino e os cuidados necessários durante o período da pandemia. “*Todas as atividades estão documentadas e apresentadas para a comunidade externa. Isso é parte da gestão democrática que construímos junto com os trabalhadores, com o objetivo de ouvir os trabalhadores e trazer para o coletivo*”, reitera a Diretora do NDI.

O Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI/UFSC) é um colégio de aplicação vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CED), tendo em sua identidade o compromisso com o tripé ensino, pesquisa e extensão, que caracteriza a função universitária. O Núcleo atua no trabalho pedagógico com crianças de 0 a 6 anos, bem como na produção e socialização de conhecimento, na formação de professores e em projetos de inovação pedagógica. Em seus 40 anos de existência, o NDI participou do processo de reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica e como direito de todas as crianças, conquistas das quais não se pode abrir mão mesmo no momento atual da pandemia de Covid-19, conforme aponta o Plano de Contingência do Núcleo de Desenvolvimento Infantil/UFSC para o retorno das atividades presenciais.

“QUEREMOS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA CONTINUAR O TRABALHO DE EXCELÊNCIA DESENVOLVIDO HÁ 40 ANOS. A GENTE TEM O

PÚBLICO MAIS SENSÍVEL DA UFSC, QUE SÃO AS CRIANÇAS, POR ISSO TEMOS QUE TOMAR TODOS ESSES CUIDADOS”, reforça Juliane.

Kainara Ferreira de Souza é pedagoga em educação especial e atua na coordenação pedagógica do Núcleo de Educação Infantil da UFSC. Ela ressalta que o NDI/UFSC é uma referência em educação infantil no Estado. Mas, ao mesmo tempo, enfrenta uma série de dificuldades que já existiam antes da pandemia, como cortes no investimento em educação, falta de funcionários e estrutura precária nos locais de trabalho. Agora, com a pandemia, novas dificuldades foram incorporadas aos velhos problemas.

“AS DIFICULDADES QUE TEMOS AGORA NO TRABALHO REMOTO SÃO INÚMERAS. TEMOS COLEGAS DE TRABALHO COM DIAGNÓSTICOS DE ESTAFAS E QUE PRECISAM SER AFASTADOS POR MOTIVO DE SAÚDE E PRECISAMOS CRIAR UM RODÍZIO PARA QUE AS ATIVIDADES CONTINUEM ACONTECENDO. ALÉM DE UMA QUANTIDADE EXACERBADA DE REUNIÕES VIRTUAIS E RELATORIAS”. Kainara evidencia também os problemas que envolvem a questão de gênero. **“AS TRABALHADORAS QUE SÃO MÃES ESTÃO COM SEUS FILHOS EM CASA (NESSE MOMENTO DA PANDEMIA) E PRECISAM FAZER REUNIÕES NA HORA DO SONO DOS BEBÊS OU NA HORA DE AMAMENTAR, POR EXEMPLO, ISSO É DESUMANO! PRECISAMOS RESPEITAR ESSES MOMENTOS”**.

Outra dificuldade apontada por Graziela da Rosa Persich, que trabalha na secretaria do NDI, é que **“DURANTE O TRABALHO REMOTO NÃO HÁ A SEPARAÇÃO DO TRABALHO VERSUS O DA CASA, O QUE ACABA SENDO MUITO MAIS CANSATIVO PARA DAR CONTA DE TODAS AS DEMANDAS”**.

Esses problemas, mais o esforço

VIDA NO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO

para manter a vida da comunidade escolar em segurança e ao mesmo tempo garantir a qualidade do ensino são partilhados também pelas trabalhadoras e trabalhadores do Colégio de Aplicação, que atuam no ensino fundamental e médio.

Yasmim Pereira Yonekura, Técnica-Administrativa em Educação no Colégio Aplicação relata que a sobrecarga de trabalho atinge todos os trabalhadores do CA/UFSC. “Além da sobrecarga estamos enfrentando uma cultura de violência que tem gerado um sofrimento mental para nós trabalhadores”, afirma. Ela se refere ao fato de que recentemente o CA/UFSC foi inquirido num processo do Ministério Público Federal sobre o retorno presencial.

Com a iminência de voltar ao trabalho presencial e a pressão de pais de alunos, vem à tona as preocupações em relação às medidas de segurança para esses trabalhadores e alunos. “É uma situação bem desesperadora e estamos nos sentindo abandonados. Eu tenho asma, tenho colegas de trabalho que são lactantes e já tivemos uma colega que veio a óbito por causa da Covid-19. Para evitar que haja mais mortes está sendo feito esse trabalho minucioso que é o Plano de Contingenciamento e deve ser acatado pela comunidade escolar. A gente tem feito mais do que possível, estamos pensando em voltar, mas comseguranças e medidas que garantam a vida dos alunos e trabalhadores”, reafirma.

Renato Ramos Milis, psicólogo escolar no Colégio Aplicação e diretor do SINTUFSC, conta que esse momento tem sido bem difícil porque a educação se faz presencialmente e os TAEs sentem as dificuldades com o remoto. Ainda assim eles têm se desdobrado durante a pan-

demia, enfrentando muitas perdas de amigos, familiares e colegas de trabalho. “A dinâmica de trabalho no CA/UFSC se faz com encontros, com atividades conjuntas. Nesse momento de pandemia, as reuniões online têm tomado muito tempo e esgotado os trabalhadores. Do ponto de vista subjetivo tem um momento que se perde, que é o momento após a reunião, quando nos encontrávamos nos corredores e conversávamos, agora isso não é possível. Mesmo antes da pandemia tem uma parte do nosso trabalho que não é visível, e agora fica ainda mais oculto”, reitera.

Em relação aos ataques e cobranças Renato avalia que existem dois movimentos distintos. Um, da extrema direita catarinense, que se aproveita desse momento em que ainda não se retomou o trabalho presencial para atacar a Universidade. O outro movimento parte de setores da sociedade que estão de fato pressionados pela vida, que têm sentido os impactos da pandemia no seu dia a dia. “A gente comprehende essa situação. Queríamos ter voltado porque sabemos que no modelo virtual se perde muito em qualidade de ensino. Mas, sabemos que os cuidados e a defesa da vida são mais importantes nesse momento”, salienta.

O fato é que, se é preciso encontrar culpados pela situação que se vive atualmente, a responsabilidade recai totalmente sobre o Governo Federal. Sem qualquer comando central, os estados, as cidades e as instituições tiveram de agir por conta própria. E foi por isso que a UFSC buscou seus cientistas para constituir um plano de combate. Os trabalhadores acolheram esse plano e o seguem. Logo, não são eles os que irão colocar as suas vidas e a vida da comunidade escolar em risco.



O QUE É
IMPORTANTE NA
MINHA ESCOLA?

As pessoas que
trabalham na escola



Entre os trabalhadores há muita indignação, inclusive com a administração central da UFSC, que se coloca muito “moderada” diante dos ataques. “Esse momento exige uma defesa intransigente da universidade. A gente quer voltar sem que haja perigo para a vida dos alunos e da comunidade como um todo. Mesmo no trajeto até a escola há o risco da proliferação do vírus. Temos avançado com a vacinação, mas ainda não há um controle da pandemia. É um pressuposto ético dos trabalhadores da educação cuidar da vida. A gente quer voltar, mas não pode, e a culpa é desse governo genocida”, conclui.

O trabalho na UFSC nunca parou. As aulas seguem sendo dadas, o trabalho administrativo continua, os alunos são acompanhados, planejamentos são pensados. E tudo isso significou um reordenamento total do modo de trabalhar. Apesar de todos os desafios, se reinventam e seguem dando seu melhor.

Aos detratores da UFSC a mensagem é clara: *o trabalho presencial e a volta às aulas vão acontecer quando houver segurança para todos*. Antes disso, a regra é proteger a vida. Sempre foi assim e seguirá sendo. Os cães que ladrem. A caravana universitária segue seu caminho pelo deserto, buscando o oásis do conhecimento e da formação.

A REFORMA ADMINISTRATIVA / PEC 32 ATINGE O SERVIÇO PÚBLICO E É SÓ A PRIMEIRA FASE DO DESMONTE

Desde que a PEC 32 passou a tramitar no Congresso Nacional, muitas são as justificativas infundadas apresentadas pelo poder executivo para aprovar uma reforma que visa o desmonte do serviço público brasileiro. Números manipulados pelo governo Bolsonaro afirmam, por exemplo, que a folha de pagamento é o grande entrave do orçamento federal, quando é evidente que o que compromete o orçamento público federal no país é a dívida pública.

Outra mentira que o governo federal propaga para desmobilizar a luta dos servidores públicos, é que somente os servidores que ingressarem nas instituições públicas futuramente serão atingidos com a aprovação da Reforma Administrativa. Mas na verdade, o texto da PEC 32 deixa evidente os ataques aos servidores públicos que já estão na ativa.

A reforma prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular os servidores que vierem a ser admitidos para cargo com vínculo por prazo indeterminado, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Isso significa que o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que hoje financia o pagamento de benefícios dos atuais aposentados, será aos poucos enfraquecido e comprometido, como afirma o coordenador de Assuntos Jurídicos do SINTUFSC,

Antônio Marcos Machado.

“Dessa forma, se os atuais servidores que ingressarem após a aprovação da reforma, passarem a contribuir para o RGP, isso poderá comprometer a aposentadoria dos servidores públicos que contribuem para o RPPS. Logo, tal medida pode ser um mecanismo implícito nessa proposta de reforma, que visa em um breve período de tempo, a extinção do RPPS, pois essa impactará demasiadamente o fluxo de contribuições ao RPPS”, explica Antônio.

Se aprovada a lei complementar vai dar superpoderes ao governo Bolsonaro, que poderá extinguir cargos públicos efetivos vagos, extinguir, transformar ou promover a fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional e alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições. Tudo isso por meio de decretos, ou seja, sem tramitação e debate no Congresso Nacional.

“Em síntese, significa que o presidente da república pode acordar um dia pela manhã e, por intermédio de uma publicação de um decreto no Diário Oficial da União, pode extinguir autarquias e fundações, como por exemplo o IBAMA, FUNAI, IBGE e todas as universidades e institutos federais. Essa medida visa alterar o art. 84, que estabelece as ações privativas

do Presidente da República. O texto da Reforma Administrativa evidencia o caráter autoritário desse governo, pois, avoca para si atribuições que são prerrogativas do Congresso Nacional”, afirma o coordenador de Assuntos Jurídicos do SINTUFSC.

A PEC 32 atinge o serviço público como um todo e ainda abre brechas para que grandes transformações sejam realizadas por um governo que é anti serviço público. Isso porque a aprovação da reforma prevê a criação futura de leis complementares que poderão regulamentar normas gerais de política remuneratória, progressão e promoção funcional, funções e gratificações, ajustes no estatuto do servidor e diretrizes de carreiras.

Essa é só a primeira fase do desmonte do serviço público. Na apresentação desta PEC em 2020, o governo federal apresentou um verdadeiro cavalo de tróia que se promulgado promoverá a destruição do serviço público brasileiro.

Até o fechamento desta edição, a PEC 32 estava em tramitação em Comissão Especial destinada a apresentar um parecer à proposta. Em enquete aberta pelo portal da câmara legislativa, 92% das respostas, ou seja, cerca de 200 mil brasileiros discordam totalmente da Reforma Administrativa.

O SINTUFSC vem realizando diversas atividades para barra a Reforma. Além da luta nas mobilizações de rua pelo Fora Bolsonaro e Mourão, o Sindicato já realizou diversas campanhas de comunicação e transmissões online para debater e mostrar de que forma a PEC 32 é uma proposta que visa desvalorizar o trabalhador público e precarizar o serviço oferecido para a população.

